O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO – PCBR

CRISE DA REPÚBLICA E AS VÍSCERAS DO ESTADO BURGUÊS



Foto: Jornal O Futuro

O momento atual de crise republicana demonstra o que já sabemos: as entranhas do Estado burguês só são expostas com o impulsionamento de disputas de frações da burguesia. O caso do Banco Master e a guerra entre ministros do Supremo Tribunal Federal formam um desses momentos. Mensagens trocadas com um banqueiro corrupto, contratos milionários questionáveis, relações familiares e acusações entre magistrados criam a aparência de que uma engrenagem saudável sofreu uma avaria súbita. A imprensa burguesa chama o episódio de "crise institucional" e veicula em massa, como manchetes, as ofensas trocadas pelos ministros, como se fosse uma anomalia corrigível por um código de ética, uma CPI ou a troca dos personagens comprometidos. O que está estampado nos jornais burgueses não passa de mais um capítulo do pleno funcionamento do Estado burguês brasileiro desde a redemocratização, para falarmos apenas no período recente. **pág 6**

EM TODO O PAÍS, TRABALHADORES EM GREVE!

Nos últimos meses uma sequência de mobilizações vem demonstrando as insatisfações de categorias de trabalhadores que passam a pressionar nacionalmente tanto os patrões e o governo federal quanto burocracias sindicais. Em meio às mobilizações, por exemplo, dos trabalhadores dos Correios e de bancários de todo o país, as direções das empresas jogam todo o peso de táticas antissindicais e de esforços pela manutenção da lucratividade sobre as costas dos trabalhadores. Por outro lado, por interesses eleitorais as direções sindicais, também buscando baixar a fervura das contradições com as quais os trabalhadores se defrontam, fomentam a desmobilização e o conformismo com acordos rebaixados. Ainda assim, há luta. **págs 8 e 12**

O PCBR NAS ELEIÇÕES BURGUESAS:
Diante da falsa polarização eleitoral, o que fazer? **pág 5**

O OURO NEGRO DA AMÉRICA LATINA:
Segue agressão dos EUA à Venezuela. **pág 9**

DISPUTA IMPERIALISTA:
Turquia, Arábia Saudita e Paquistão assinam acordo militar. **pág 10**

UNIVERSIDADE POPULAR:
Oposição de esquerda retoma DCE da UFG. **pág 11**

Editorial

Nem um voto de confiança

Nestes meses de eleição, os candidatos da burguesia tentam de toda forma conquistar a confiança dos trabalhadores. Todos eles prometem mundos e fundos, colocam a culpa das condições de vida dos trabalhadores em seus oponentes, e tentam mostrar como tudo ficaria pior se outros candidatos assumissem seu lugar.

Sem ignorar as diferenças entre eles, porém, no fim das contas, independentemente dos vencedores, todos concordam no fundamental: garantir a continuidade do capitalismo e a manutenção, a todo custo, do crescimento da taxa de lucros da burguesia, fazendo os trabalhadores pagarem as contas das crises do sistema.

Não é à toa que todos conhecem a precariedade das promessas realizadas em período eleitoral e a notória ausência de seu cumprimento logo depois. Em quatro anos, algumas promessas são recicladas, novas são feitas, algumas esquecidas. Mas o problema principal permanece o mesmo, porque o poder político permanece nas mãos da burguesia.

Isso tornou-se particularmente visível neste processo eleitoral. Esse processo foi marcado pela despolitização das promessas feitas por todos os candidatos, pela falsa polarização construída entre duas formas distintas de gestão do capital, nas figuras de Lula e Bolsonaro (p. 5), e pelos escândalos no Supremo Tribunal Federal (STF) em função das relações de inúmeros ministros com Daniel Vorcaro, proprietário do Banco Master (p. 3) que rapinou os cofres públicos, negociou favores e interesses com ampla gama de políticos e praticou diversas fraudes para ampliar seus lucros.

Todos esses fatos reiteram que o Estado burguês é, na realidade, o balcão de negócios dos capitalistas, que das mais diversas formas utilizam os poderes da República brasileira para promover seus interesses. Nas disputas entre as diversas frações capitalistas, há muitas diferenças sobre como melhor implementar seu projeto, mas todos concordam na retirada de direitos dos trabalhadores, na privatização do patrimônio e dos serviços públicos, na repressão mais brutal aos trabalhadores em luta, na manutenção das relações de dependência do Brasil na cadeia imperialista e na concessão dos maiores privilégios e créditos para que a burguesia explore com ainda mais intensidade os trabalhadores brasileiros.

Justamente nesse contexto em que abundam oportunidades para denunciar a podridão do sistema e explicitar a falsidade da polarização apresentada, muitos companheiros honestos, alguns bastante combativos, apontam aos trabalhadores que a única alternativa é um voto de confiança no "menos pior". Vendo a fragilidade do movimento revolucionário e a fragmentação dos trabalhadores, por um lado, e o surgimento de uma burguesia mais desavergonhada de sua ofensiva na extrema-direita, por outro, alguns companheiros cedem às pressões da classe dominante e negociam seu apoio ao "menos pior", acreditando que, no futuro, talvez possamos ter condições melhores, mas agora é melhor defender o que há, pois pode piorar.

Mesmo levantando bandeiras justas e importantes e, frequentemente, apresentando uma posição combativa, esses companheiros deixam de tocar na questão fundamental, no poder político da burguesia. E passam, com cada movimento, a normalizar a gestão do capitalismo, reforçar a atual fragmentação e desacreditar a organização independente do proletariado.

Ainda assim, os trabalhadores seguem em luta, contra todas as pressões e críticas dos "líderes" que buscam pacificar as greves e os protestos para não prejudicar seus projetos eleitorais. As greves na Caixa Econômica Federal, nos Correios e na Eletronuclear questionam diretamente o governo federal e as lideranças sindicais que buscam atrelar os trabalhadores a um projeto burguês, explicitando a impossibilidade de conciliar os interesses da burguesia e dos trabalhadores.

A luta dos trabalhadores é fragmentada e espontânea: aparece apenas em uma ou outra categoria nesse momento e logo se extingue, com algumas vitórias ou por falta de força para continuar. Ainda assim expressa a maior fragilidade do sistema capitalista: o proletariado, a classe sem a qual esse sistema não pode existir, mas que é capaz de, com uma luta política revolucionária, superá-lo.

Para unificar a classe e desenvolver sua consciência revolucionária é necessário um longo trabalho de organização em cada luta imediata. Mas, e acima de tudo, é fundamental que este trabalho expresse uma política firme, consequente e completamente independente da burguesia em todos os aspectos, reforçando a todo momento os interesses gerais da classe trabalhadora e a luta pelo socialismo-comunismo.

Sem essa completa independência, é impossível elevar o nível de unidade e organização dos trabalhadores. Cada conquista negociada pela subordinação aos interesses burgueses rapidamente mostra sua fragilidade nas primeiras crises do sistema. A trágica história do apoio dos trabalhadores às gestões petistas, culminando no recente adiamento da votação do fim da escala 6x1, explicita como a subordinação política só pode ser seguida também do enfraquecimento da classe em todas as suas lutas.



Foto: Jornal O Futuro

É nesse sentido que reforçamos como princípio a independência de classe e acreditamos ser impossível negociar, mesmo que por um minuto, nossa posição revolucionária em cada luta, das menores às maiores. Cada voto de confiança dos trabalhadores na burguesia, seja em uma greve, seja na luta eleitoral, enfraquece a consciência dos interesses gerais da classe trabalhadora e dificulta sua organização como classe independente para enfrentar o sistema.

Não acreditamos que todo projeto burguês seja idêntico. A extrema-direita, expressão desavergonhada da ofensiva burguesa, propõe um grau maior de repressão e violência na implementação de seu projeto. Porém, mesmo distinta, a frente ampla gere o mesmo sistema que seguirá reprimindo os trabalhadores e alimentando o conservadorismo. Assim, para enfrentar a extrema-direita em nosso país, estamos certos de que não basta enfrentar apenas seus candidatos em cada pleito, votando na Frente Ampla, que apenas repetirá a polarização em alguns anos. Ao contrário, devemos combater diretamente o sistema capitalista, apresentando em contraposição a própria classe trabalhadora como força independente.

Essa força independente não surge majoritária nem sem sacrifícios. Mas a história de nossa classe provou que um partido comunista que trabalhe incansavelmente para conquistar os trabalhadores para uma política independente pode se forjar como vanguarda dessa classe e produzir a unidade e a força necessárias para pressionar a burguesia e colocar em xeque seu poder político.

Nossa tarefa é unificar os trabalhadores como classe consciente de seu interesse revolucionário e da oposição de princípio à burguesia. Por isso, nesse primeiro turno das eleições, lutamos para que nenhum voto de confiança seja dado pelos trabalhadores aos projetos da burguesia, por mais "honestos e bem-intencionados" tentem parecer. Apesar da fragilidade do movimento, lutamos para alterar a correlação de forças e colocar na balança não apenas projetos burgueses, mas também uma alternativa independente do sistema e a única capaz de destruí-lo: o proletariado revolucionário.

PCBR
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO

EDITORA-CHEFE: Stella Aragão
CHEFE DE REDAÇÃO: Gustavo Pedro
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Ana Vieira

CONSELHO EDITORIAL: Ana Vieira, Gabriel Lazzari, Gustavo Pedro, Jaqueline Tavares, Ju Sieg, Machado, Stella Aragão.

Leia também pela internet e acesse nossas redes:
jornalofuturo.com.br
@Jornal_OFuturo @PCBRnacional
@Jornal_OFuturo @PCBRnacional
@Jornal_OFuturo @PCBRnacional

Assine em **apoia.se/jornalofuturo** e receba o jornal em sua casa!

Política

As "alas" do STF não representam alternativa aos trabalhadores

A caracterização da questão como uma disputa entre ministros deixa de lado a dimensão estrutural: que tipo de relações sociais permite que um banqueiro construa canais de acesso com tantos agentes situados no topo da máquina estatal?



Registro da posse do atual presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, em setembro de 2025. Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

O escândalo envolvendo o Banco Master e o banqueiro Daniel Vorcaro expôs, de maneira particularmente concentrada, um conjunto de relações entre ministros do STF, governadores, deputados, empresários, financistas e instituições privadas que não se explica apenas pela sucessão de denúncias envolvendo este ou aquele ministro. As revelações recentes apontam contatos que alcançam não somente Alexandre de Moraes, envolvendo a contratação do escritório de advocacia de sua esposa por R$ 131 milhões, mas também Dias Toffoli, André Mendonça, Luiz Fux e Nunes Marques, além de familiares desses ministros e pessoas de seus círculos profissionais.

Documentos da Polícia Federal revelam contatos recorrentes entre o banqueiro Daniel Vorcaro e diferentes integrantes do Supremo. No caso do ministro Dias Toffoli, por exemplo, a Polícia Federal registrou ao menos seis encontros presenciais com Vorcaro entre novembro de 2023 e abril de 2024, além de outros convites e agendamentos. O relatório também descreveu relações profissionais entre Vorcaro e Roberta Rangel, esposa de Toffoli, que teria atuado como advogada do banqueiro entre 2020 e 2025.

O relatório da PF trabalha com a hipótese de que Toffoli teria sido beneficiário final de transferência na ordem de R$ 35 milhões de Vorcaro e de que, posteriormente, teria transferido esse valor para fora do Brasil. O mesmo relatório, que pediu a suspeição do ministro e foi arquivado por Edson Fachin, com o apoio de todos os demais integrantes da Corte, apontou a necessidade de aprofundar a análise sobre uma mudança de voto de Toffoli em uma disputa envolvendo precatórios do setor sucroalcooleiro, na qual o Banco Master mantinha mais de R$ 10 bilhões em precatórios.

André Mendonça confirmou ter recebido Vorcaro em março de 2025, na sede do Instituto Iter. Criado em 2023, pelo próprio Mendonça após sua chegada ao STF, o instituto firmou ao menos 52 contratos com instituições públicas sem licitação, no valor total de aproximadamente R$ 8,2 milhões. Para além dos contratos com instituições públicas, nos últimos dias surgiram também denúncias de que o instituto de Mendonça recebeu R$ 5,2 milhões da Cedro Participações, empresa de um parceiro de negócios de Daniel Vorcaro.

Após o início da divulgação das denúncias, Mendonça anunciou que deixaria a sociedade da instituição. Segundo o ministro, a instituição seria destinada a fins sociais e educacionais e nem ele nem sua esposa haviam recebido os lucros correspondentes à participação que detinham. Com a quebra do sigilo de conversas de Vorcaro, passaram também a surgir denúncias de relações do banqueiro com o ministro Kássio Nunes Marques e seu filho, além de escritórios de pessoas próximas, referidas como "Turma do KN", com valores que poderiam chegar a R$ 427 milhões em pagamentos de honorários advocatícios.

Teve grande repercussão também, em 2023, a notícia de que a CBF Academy firmou contrato com o IDP, associado à família de Gilmar Mendes, para a gestão dos cursos da entidade. O acordo estabelecia que o IDP ficaria com 84% da receita da CBF Academy, estimada naquele ano em R$ 9,2 milhões. A negociação envolveu Francisco Schertel Mendes, filho de Gilmar Mendes e diretor-geral do instituto. O mesmo padrão aparece na organização de grandes eventos jurídicos. O Fórum de Lisboa, organizado pelo IDP e associado à atuação acadêmica de Gilmar Mendes, reúne ministros do STF, empresários, banqueiros, advogados, dirigentes de grandes empresas e autoridades políticas. Em 2025, entre os participantes anunciados estavam executivos do BTG Pactual, instituição que possui processos em tramitação no Supremo. A organização afirmou que a participação empresarial ocorria exclusivamente como contribuição aos debates e sem contrapartidas.

A questão relevante não é afirmar, sem provas, que uma palestra, um congresso ou uma relação institucional produz automaticamente uma decisão judicial favorável. O problema é compreender a função social dessas redes. Um ministro não precisa receber diretamente dinheiro de uma empresa, ou utilizar suas aeronaves, para que exista uma relação de interesse. A circulação em ambientes privados, acadêmicos e empresariais produz relações pessoais, reputação, acesso, contatos e oportunidades econômicas para pessoas e empresas situadas ao redor do magistrado.

O próprio Supremo oferece um exemplo particularmente significativo de como esse conflito pode ser institucionalizado. Em 2023, a Corte julgou a regra do Código de Processo Civil que ampliava o impedimento de magistrados quando uma das partes fosse cliente de escritório de advocacia de cônjuge ou parente do juiz. A maioria, com participação de Gilmar Mendes, declarou a regra inconstitucional. Obviamente, o dispositivo questionado existia precisamente porque a relação entre magistrados e escritórios pertencentes a seus familiares produz uma situação de conflito de interesses.

Portanto, o escândalo do Banco Master torna essas relações ainda mais visíveis porque o empresário não aparece relacionado a apenas um ministro. Mensagens extraídas de seu telefone indicam contatos com círculos próximos de André Mendonça, Nunes Marques e Luiz Fux, além dos vínculos já divulgados envolvendo Moraes e Toffoli. Assim, a tentativa de transformar o caso em uma disputa entre "moraesistas" e "bolsonaristas", ou entre diferentes grupos internos do Supremo, deixa de lado a dimensão estrutural, que tipo de relações sociais permite que um banqueiro construa canais de acesso com tantos agentes situados no topo da máquina estatal?

A situação exposta não é excepcional, apesar de escandalosa. Pelo contrário, a manutenção de relações próximas com ministros e autoridades é lugar-comum para a maioria das grandes empresas capitalistas, que direcionam vários recursos, de forma legal e frequentemente pública, para aumentar sua influência.

Isso ajuda a compreender por que a questão não pode ser reduzida à personalidade de um ministro específico, muito menos apresenta uma exceção à suposta independência e imparcialidade dos tribunais. O Supremo exerce uma função central na estabilização das relações jurídicas que estruturam a sociedade capitalista, ocupando um papel destacado no Estado, como "balcão de negócios" de toda a burguesia. Suas decisões definem os limites dentro dos quais se desenvolvem relações entre capital e trabalho, propriedade e exploração, empresas e trabalhadores.

O Supremo pode entrar em choque com determinados empresários, enfrentar setores da direita, até contrariar interesses de grupos econômicos específicos ou proteger direitos sociais em determinadas circunstâncias. Contudo, seu papel mais constante é o de cumprir com uma função geral de preservação da ordem jurídica necessária à manutenção e reprodução das relações capitalistas. Nesse sentido, a suposta independência e imparcialidade dos tribunais convive frequentemente de forma harmoniosa com as inúmeras relações, ocultas ou públicas, mantidas com as diversas frações da classe dominante.

Assim, a defesa deste ou daquele ministro, simplesmente porque um deles enfrenta determinado setor do empresariado ou porque adota posições diferentes diante de uma disputa política, pode transformar uma contradição interna do STF em uma falsa alternativa social. Enquanto trabalhadores lutam contra a precarização, a terceirização, a redução de direitos e a perda de capacidade de organização sindical, representantes do grande capital possuem recursos materiais e institucionais para manter relações permanentes com os centros de decisão do Estado.

Política

Adiamento da votação da 6x1 fortalece a reação dos patrões

Alcolumbre anunciou que a PEC 221/2019 será votada somente após as eleições. Setores empresariais pressionaram pelo adiamento da votação, para preparar uma contraofensiva, e tiveram a demanda atendida no Senado

Por João Lucas



Após reunião que celebrou acordos entre Lula, Alcolumbre e Motta, o presidente do Senado anunciou, em plenário, que o fim da 6x1 será votado apenas após as eleições. Foto: Pedro Gontijo/Senado Federal

No dia 2 de setembro, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019 foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. O texto prevê o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. A proposta, porém, permanece sem previsão de votação no plenário.

A votação na CCJ ocorreu após negociações do governo com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). A reaproximação entre o governo, operada diretamente por Lula (PT) e noticiada pelo Jornal O Futuro, e o presidente do Senado ficou marcada no jantar realizado no dia 6 de agosto.

A aprovação, contudo, não foi acompanhada pela votação no plenário. No dia seguinte, 3 de setembro, Alcolumbre anunciou que a PEC será votada somente após as eleições. A declaração veio em resposta a um apelo do senador Paulo Paim (PT-RS) pela votação imediata, confirmando o cenário construído ao longo das semanas anteriores: a proposta avançaria até a porta do plenário, mas a decisão final seria deslocada para depois do primeiro turno, reduzindo a pressão eleitoral sobre os senadores e atendendo à demanda de diversas frações burguesas.

O resultado demonstra o fracasso da tática de conciliação adotada pelo governo. Ao passo que se desenvolviam as negociações de bastidores no parlamento, enquanto com os setores populares e proletários que levantaram a pauta eram desmobilizados, a burguesia brasileira e seus representantes preparavam uma contraofensiva à pauta. A atuação da presidência do Senado construiu um percurso que retirou da votação justamente o elemento que mais pressionava, à esquerda, os parlamentares: a proximidade das eleições.

A resposta da burguesia e a articulação da direita no Senado

A reação da burguesia ao ritmo da tramitação da PEC no Senado foi clara. Em 31 de agosto, dois dias antes da votação na CCJ, a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) publicou uma nota defendendo formalmente que a PEC 221/2019 fosse postergada para depois do ciclo eleitoral.

A CACB também declarou que a tramitação acelerada poderia comprometer empresas e empregos. A entidade apresentou o adiamento como reivindicação dos setores empresariais naquele momento.

Dois dias depois, a mesma entidade classificou a decisão de Alcolumbre de adiar a votação para depois das eleições como uma "vitória do associativismo". Enquanto o governo apresentava a aprovação da PEC na CCJ como uma vitória, a burguesia pressionava os parlamentares por sua reivindicação, que foi prontamente atendida pelo presidente do Senado.

Ao mesmo tempo, a oposição de direita no parlamento preparou suas propostas que operacionalizavam a reivindicação dos empresários. Em 28 de maio, apenas um dia depois da aprovação da PEC 221/2019 pela Câmara, o senador Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição bolsonarista no Senado, apresentou a PEC 12/2026. O texto permite que o trabalhador "escolha" entre o regime comum da CLT e um regime flexível baseado em horas trabalhadas.

Nesse modelo, direitos como FGTS, férias e 13º seriam proporcionais às horas trabalhadas, com contratos individuais prevalecendo sobre acordos coletivos. Também aparece a defesa da ampliação do regime de banco de horas, como alternativa proposta pelo senador Eduardo Braga, líder do MDB na Casa. As propostas mostram que os representantes patronais disputam qual regime substituirá a 6x1, defendendo formas que reduzem direitos e ampliam a exploração.

O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS), candidato a vice-presidente da República na chapa de Jair Bolsonaro (PL) em 2022, durante os debates no Senado caracterizou a redução da jornada como uma interferência indevida do Estado na chamada "liberdade contratual". Segundo ele, trabalhador e empregador deveriam decidir entre jornadas de diferentes extensões.

Durante o debate promovido pelo Senado em julho, Ricardo Alban, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), defendeu que a PEC fosse submetida a "maior discussão e análise de impactos". Os patrões alegam a baixa produtividade, impacto nas contas públicas e elevação do custo de vida como possíveis efeitos da medida.

Por isso, a questão que se coloca depois da CCJ não é simplesmente se o Senado "quer" ou "não quer" votar a proposta. A articulação do empresariado e a apresentação de alternativas parlamentares indicam uma disputa para definir os termos da reorganização da jornada.

O discurso desses parlamentares e das entidades empresariais revela como o adiamento da PEC e a desmobilização dos trabalhadores abriram espaço para que a burguesia pudesse fortalecer uma narrativa própria e defender contrapropostas em uma correlação de forças mais favorável.

Quais os próximos passos?

O fracasso da tática governista somente reforça o que desde o início apontavam os comunistas: sem luta de massas é impossível obter conquistas de longo prazo. Em momentos de luta, é preciso relembrar que os trabalhadores não são fortes quando a sociedade simpatiza com eles, mas a sociedade simpatiza com eles quando são fortes. Essa força só pode ser demonstrada atacando o sistema nervoso do capitalismo, o lucro. Organizar greves, paralisações e dias nacionais de luta em que toda a produção e circulação de mercadorias parasse, era — e ainda é — a única maneira de garantir o fim da escala 6x1.

Enquanto o campo da conciliação de classes apostava na negociação de bastidores, no cretinismo parlamentar e mirava o calendário eleitoral, os patrões e empresários preparavam sua resposta e avançaram contra os trabalhadores. Tomar as ruas e os locais de trabalho e organizar a luta cotidiana continua sendo a principal tarefa e ponto-chave da luta pela redução da jornada de trabalho. O caminho é ampliar as mobilizações pela redução da jornada, denunciar o papel do governo federal e da conciliação no atraso da pauta e enfrentar a contra-ofensiva dos capitalistas.

Não basta defender a PEC 221/2019 nas redes e campanhas. É preciso aprofundar a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. A conciliação rebaixou a pauta e deu tempo para a reação empresarial. É hora de intensificar a luta de massas e afirmar a posição dos trabalhadores.

Defender as 30h semanais e a escala 4x3 – denunciando a falcatrua da "liberdade" contratual que somente beneficia os patrões – , a unificação os regimes de contratação sob a CLT, o fim ao banco de horas e da pejotização são ações fundamentais para fazer frente ao discurso levantado pela direita e pelos demais representantes da burguesia.

A próxima etapa da luta pelo fim da 6x1 não será definida no momento em que for iniciada a sessão que votará a PEC 221/2019. A aprovação apenas poderá ser o resultado da força acumulada pelo proletariado para impor sua demanda, forçando os parlamentares a aprová-la sem concessões à burguesia. Os comunistas devem atuar na preparação da classe para os ataques patronais e demonstrar, na luta cotidiana, que o fim da 6x1 só será conquistado pela luta organizada dos trabalhadores.

Política

A posição dos comunistas do PCBR nas eleições de 2026

Diante da falsa polarização eleitoral, os comunistas devem defender a independência de classe e avançar na construção da unidade dos revolucionários



Em Natal, debate sobre os desafios dos comunistas no RN reuniu PCBR, PSTU, Revolução Socialista e UP. Foto: Jornal O Futuro

No dia 4 de outubro, a população brasileira terá ido às urnas para o primeiro turno das eleições burguesas de 2026. A classe trabalhadora e os setores explorados e oprimidos da sociedade encontram-se diante de uma falsa polarização, expressa na disputa pela Presidência da República e pelos demais cargos majoritários e proporcionais.

De um lado, a extrema-direita bolsonarista, representada pela candidatura de Flávio Bolsonaro (PL), busca instituir um regime mais autoritário, restringindo as liberdades democráticas para intensificar os ataques aos trabalhadores, ampliar as privatizações e favorecer a apropriação do fundo público pela burguesia nacional e internacional. De outro, a Frente Ampla em torno de Lula (PT) reúne setores da aristocracia operária e frações burguesas que apostam na gestão petista para assegurar seus interesses, sob a promessa de um capitalismo mais "humano".

Essas diferenças não constituem projetos antagônicos de país. O governo Lula-Alckmin também executa a ofensiva burguesa: impõe a austeridade do Arcabouço Fiscal, preserva as contrarreformas trabalhista e previdenciária, promove privatizações e mantém a inserção dependente do Brasil no sistema imperialista. A conciliação de classes é parte dessa política, subordinando os trabalhadores aos interesses burgueses. Apesar das diferenças entre seus métodos e suas propostas para o regime político, ambos os campos sustentam a exploração capitalista e políticas que asseguram a lucratividade da burguesia à custa dos trabalhadores.

Diante disso, o Comitê Central do PCBR, reunido no dia 30 de agosto, reafirmou seu compromisso de enfrentar a extrema-direita e combater as falsas alternativas expressas no social-liberalismo, defendendo um projeto socialista para o Brasil. Defendemos ao longo do ano a construção de um programa e candidaturas unificadas da esquerda revolucionária para as eleições de 2026, como forma de combater a polarização burguesa e apresentar uma alternativa socialista unitária.

Para construir um movimento revolucionário capaz de enfrentar o sistema capitalista, os trabalhadores precisam desenvolver a capacidade de se organizar e lutar por seus próprios interesses, inclusive quando estes entram em conflito com governos que ajudaram a eleger. É nesse sentido concreto que a independência de classe é um princípio inegociável. As pressões contra ela assumem diferentes formas: da repressão aos movimentos à incorporação de lideranças às gestões burguesas, passando por acordos eleitorais que condicionam a conquista de espaços ao rebaixamento de programas e reivindicações.

Muitas vezes, essa subordinação começa com uma escolha que parece limitada e razoável: apoiar Lula para impedir uma vitória da extrema-direita, mantendo críticas ao seu governo. Esse apoio não torna todas as candidaturas e organizações politicamente idênticas, nem apaga sua participação nas lutas. Mas pedir votos para uma candidatura presidencial também significa orientar os trabalhadores a confiar a condução do Estado a determinado projeto e às forças sociais que o sustentam.

Quando esse projeto se organiza pela conciliação com interesses empresariais, o compromisso de elegê-lo e preservá-lo cria uma pressão permanente para acomodar as reivindicações dos trabalhadores aos limites dessa aliança. Uma greve, uma mobilização contra cortes ou a rejeição a uma medida do governo passam, então, a ser julgadas também pelo risco de "enfraquecer o governo" ou "favorecer a direita". O que parecia uma concessão restrita ao momento eleitoral pode se transformar em um limite à ação independente da classe.

Aos comunistas cabe enfrentar esse problema sem confundir independência com isolamento: compromissos pontuais e lutas comuns com outras forças podem ser necessários, desde que ampliem a capacidade dos trabalhadores de agir por conta própria. No terreno eleitoral, isso exige avaliar tanto as posições e a trajetória de uma candidatura quanto o projeto político para o qual ela procura mobilizar sua base. O voto não resume a luta de classes nem significa concordância com cada medida futura, mas a campanha que o organiza ajuda a definir quais interesses serão apresentados como prioritários e quais alternativas serão reconhecidas como possíveis. Por isso, o apoio à candidatura Lula não pode ser tratado como um detalhe sem consequências para a independência de uma candidatura que diz representar a classe trabalhadora.

É preciso perguntar a cada projeto e a cada candidatura se sua intervenção ajuda os trabalhadores a enfrentar a conciliação ou renova a expectativa de que seus interesses poderão prevalecer dentro dela. A demarcação comunista se justifica por essa necessidade: construir organização e consciência para que os trabalhadores possam sustentar suas reivindicações contra qualquer governo, reconhecer os limites das alternativas burguesas e constituir uma força política com objetivos próprios.

Dessa forma, o PCBR promoveu em todo o país o apoio às candidaturas do campo revolucionário que preservaram sua independência diante dessas pressões, buscando fortalecer a capacidade dos trabalhadores de se organizar e lutar por seus próprios interesses, contra qualquer governo. Na disputa pela presidência da República, apoiamos Hertz Dias, candidato do PSTU, cuja campanha utiliza o espaço eleitoral para apresentar uma alternativa socialista, em oposição ao governo de conciliação de classes e à tática de Frente Ampla. Embora existam divergências programáticas com o PCBR, avaliamos que sua candidatura foi a que melhor articulou as reivindicações imediatas dos trabalhadores ao horizonte estratégico do socialismo, oferecendo uma base política para esse apoio.

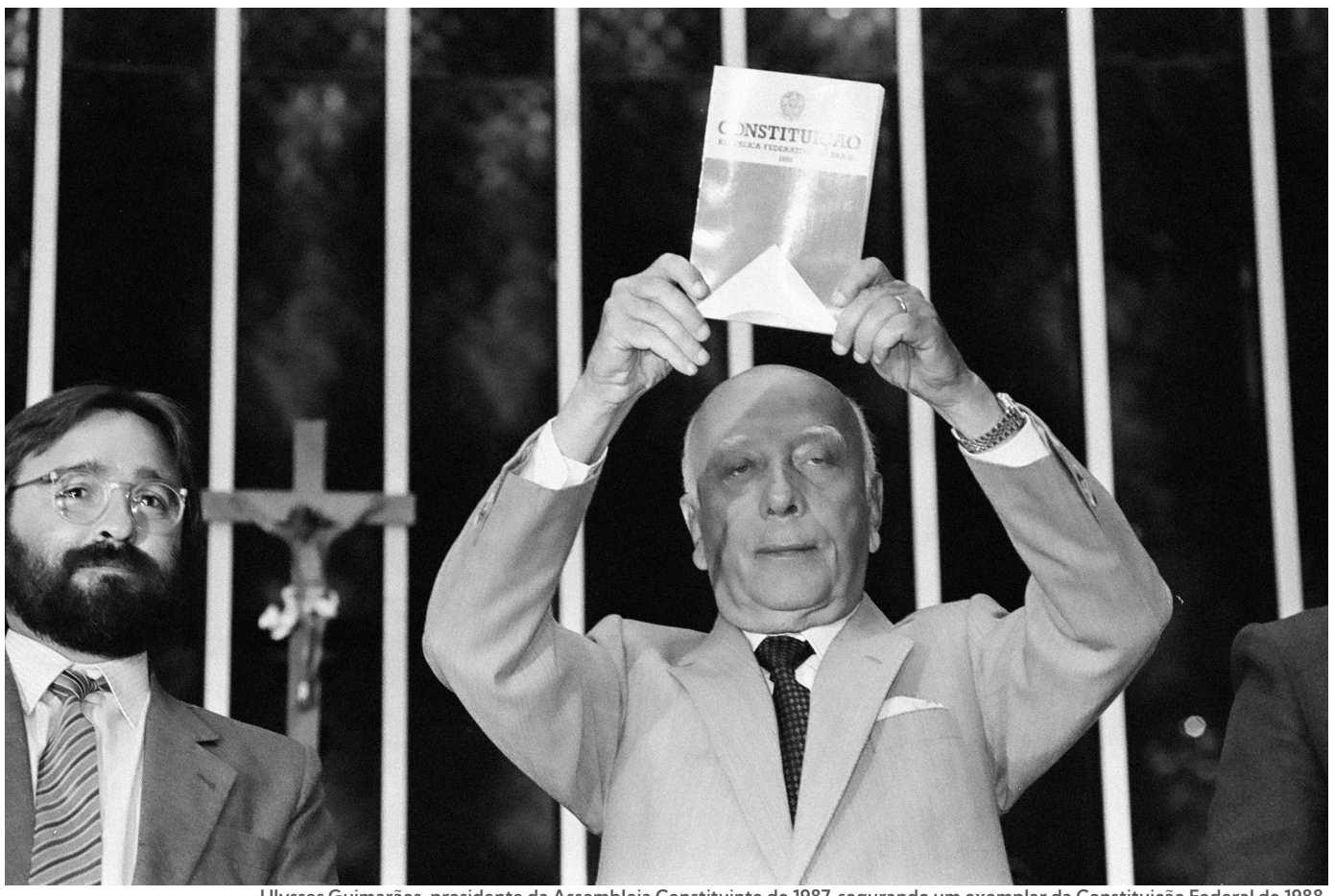
Assim, diante da fragmentação das forças revolucionárias no Brasil — cuja desunião eleitoral é apenas uma expressão —, o PCBR valoriza tanto as candidaturas que apoiará quanto as demais candidaturas revolucionárias do PSTU, da UP, do PCB e de setores minoritários do PSOL que mantiveram sua independência diante da Frente Ampla. Defendemos a construção de uma Frente Anticapitalista e Anti-imperialista que ultrapasse as eleições e unifique na luta socialista os movimentos operários e populares que enfrentam a dominação burguesa no campo e na cidade.

Esperamos que os apoios construídos nacionalmente com o PSTU e, nos estados, com as demais forças da esquerda revolucionária contribuam para essa frente política permanente. Sua construção deve envolver também organizações e candidaturas com as quais não firmamos apoio eleitoral, reunindo forças revolucionárias, com ou sem legenda, para dar maior unidade às lutas anticapitalistas em todo o Brasil.

Política

Crise da República e as vísceras do Estado burguês

Essa crise não nasceu agora, muito menos pode ser resumida ao STF. O que está estampado nos jornais burgueses não passa de mais um capítulo do pleno funcionamento do Estado burguês brasileiro desde a redemocratização



Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Constituinte de 1987, segurando um exemplar da Constituição Federal de 1988. Foto: Arquivo/Agência Brasil/Reprodução

O Estado é a organização especial de uma força, da força destinada a subjugar determinada classe. Qual é, pois, a classe que o proletariado deve subjugar? Evidentemente, só a classe dos exploradores, a burguesia. Os trabalhadores só têm necessidade do Estado para quebrar a resistência dos exploradores, e só o proletariado tem envergadura para quebrá-la, porque o proletariado é a única classe revolucionária até o fim e capaz de unir todos os trabalhadores e todos os explorados na luta contra a burguesia, a fim de a suplantar definitivamente

O Estado e a Revolução, V. I. Lênin

Por Stella

O momento atual de crise republicana demonstra o que já sabemos: as entranhas do Estado burguês só são expostas com o impulsionamento de disputas de frações da burguesia. O caso do Banco Master e a guerra entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) formam um desses momentos. Mensagens trocadas com um banqueiro corrupto, contratos milionários questionáveis, relações familiares e acusações entre magistrados criam a aparência de que uma engrenagem saudável sofreu uma avaria súbita. A imprensa burguesa chama o episódio de "crise institucional" e veicula em massa, como manchetes, as ofensas trocadas pelos ministros, como se fosse uma anomalia corrigível por um código de ética, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ou a troca dos personagens comprometidos.

Mas essa crise não nasceu agora, muito menos pode ser resumida ao STF e seus ministros. O que está estampado nos jornais burgueses não passa de mais um capítulo do pleno funcionamento do Estado burguês brasileiro desde a redemocratização, para falarmos apenas no período recente. A Constituição de 1988, que comemora seus 38 anos no dia 5 de outubro, reconheceu liberdades políticas, direitos sociais e garantias conquistadas pela luta operária contra a ditadura empresarial-militar. Essas conquistas devem ser defendidas. O que a constituição não fez, e nenhuma constituição burguesa poderia fazer, foi retirar o poder econômico e político das mãos da burguesia, destruir ou sequer enfraquecer o aparelho repressivo herdado do regime militar e apontar para um Estado submetido ao controle dos trabalhadores. Em resumo, a Nova República seguiu o receituário do passado: realizar alterações na forma política preservando seus fundamentos de classe.

Na obra O Estado e a Revolução, Lênin retoma Marx e Engels para combater a ideia de que o Estado seria um árbitro neutro, situado acima da sociedade. O Estado nasce porque as contradições de classe são inconciliáveis; é uma organização especial da força destinada a assegurar a dominação de uma classe sobre outra. Exército permanente, polícia, prisões, tribunais e burocracia não são instrumentos técnicos que podem servir igualmente a qualquer projeto. Integram uma máquina moldada para garantir a propriedade privada, a exploração do trabalho e as condições gerais de reprodução do capital.

Isso não significa que cada decisão obedeça diretamente a um empresário. O Estado possui autonomia relativa: arbitra conflitos entre capitalistas e, sob pressão popular, admite concessões. Podemos, assim, compreender como, no cenário atual, sacrificar um banqueiro e prender frações mais destacadamente golpistas não são mudanças de caráter, mas apenas medidas de contenção para proteger e manter a ordem burguesa em seu conjunto.

A comprovação do falseamento da crise da República pode ser confirmada com o histórico dos escândalos desde 1988: Fernando Collor caiu depois que o esquema de PC Farias revelou a promiscuidade entre governo e capital privado; permaneceu, porém, a orientação neoliberal. Nos anos Fernando Henrique Cardoso, a compra de votos pela emenda da reeleição, o caso Banestado e as privatizações expuseram novamente a circulação de dinheiro e influência entre empresas, bancos e agentes públicos. O regime foi preservado e a maior parte dos beneficiários continuou intocada.

Nos governos petistas, o mensalão foi convertido em cruzada moral, amplamente impulsionada pela mídia burguesa. A Ação Penal 470 projetou o STF como palco da política, enquanto a cobertura empresarial silenciava sobre os mecanismos pelos quais o poder econômico financia maiorias parlamentares. Depois veio a Lava Jato. Procuradores e juiz acumularam poderes excepcionais, promoveram vazamentos seletivos e interferiram nas eleições. Mais tarde, o Supremo reconheceu a incompetência da vara de Curitiba nos processos contra Lula e a parcialidade de Sergio Moro. Essa arbitrariedade, que inclusive foi celebrada como necessária, já havia contribuído para o golpe midiático-parlamentar contra Dilma Rousseff, a eleição de Jair Bolsonaro e a entrega em massa de patrimônio público ao capital privado.

O impeachment de 2016 repetiu essa mesma fórmula: uma coalizão parlamentar envolvida em denúncias apresentou a derrubada de Dilma Rousseff como purificação da República. Em nome da legalidade, abriu-se caminho ao governo de Michel Temer, à reforma trabalhista, ao teto de gastos e a uma ofensiva contra os trabalhadores em curso até hoje. Quando as gravações de Joesley Batista atingiram Temer, a mesma maioria capaz de destituir uma presidenta protegeu seu sucessor. Não havia contradição: a régua moral estava subordinada às necessidades políticas das frações dominantes e da maior ou menor estabilidade dos mecanismos utilizados para implementar a agenda burguesa.

Com Bolsonaro, multiplicaram-se o orçamento secreto, os negócios no Ministério da Educação, as suspeitas sobre vacinas, joias e rachadinhas, além da conspiração golpista escancarada em 8 de janeiro de 2023. Instituições que haviam legitimado a escalada autoritária passaram a contê-la quando ela ameaçou o regime. A reação contra o golpismo esteve longe de ameaçar o avanço da extrema-direita e seu projeto político. Pelo contrário:

a mesma Corte que conteve golpistas também legitimou a austeridade, restringiu direitos trabalhistas e protegeu a ordem que produz novas forças reacionárias.

A história recente do nosso país revela como escândalos são elevados à condição de "crises sistêmicas". O fato pode ser grave, mas sua transformação em crise depende de uma operação política. E, nesse ponto, a mídia burguesa é quem decide quando uma denúncia prova o apodrecimento do sistema ou quando é um desvio meramente individual. Ainda, a mídia não vai operar sozinha nesse jogo: os órgãos de controle vão escolher a velocidade das investigações; o Congresso Nacional decidirá por instaurar CPI, por aprovar um impeachment ou um arquivamento; e o Judiciário escolherá quais ilegalidades exigem exceção.

A cada rodada, a sociedade é convocada a escolher uma arbitrariedade contra outra. Na Lava Jato, era preciso aceitar violações do devido processo para "combater a corrupção" ou parecer cúmplice dos acusados. Em 2016, apoiar um impeachment sem crime de responsabilidade claramente demonstrado ou tolerar os erros do governo. Durante o bolsonarismo, setores progressistas se silenciaram diante de poderes extraordinários concentrados no STF porque a alternativa imediata era a ofensiva fascista. Agora, diante da disputa entre os ministros Moraes e Mendonça e das revelações do Banco Master, organiza-se novamente o debate como escolha pessoal: ignorar as acusações contra quem supostamente teria defendido a democracia, ou fortalecer a extrema direita.

Há diferenças políticas reais. Não é indiferente se prevalece uma força que conserva liberdades democráticas ou outra que pretende liquidá-las; tampouco se equipara a repressão a golpistas à perseguição de movimentos populares. O problema começa quando uma escolha tática vira confiança estratégica em uma fração do Estado. A régua do "menos pior" pode orientar uma defesa imediata, mas não apagar o caráter de classe de quem administra a ordem. Lembremos sempre que poderes excepcionais legitimados contra um adversário certamente poderão amanhã atingir grevistas, comunistas e movimentos sociais em luta.

Ministros indicados por governos distintos circulam nos mesmos meios empresariais e participam das negociações que atravessam Executivo e Congresso. Suas divergências são reais, mas ocorrem dentro de um aparelho cuja função comum é preservar a governabilidade capitalista. Por isso, não basta pedir que o STF "volte à normalidade", pois a normalidade é o próprio fundamento da crise. Tampouco cabe comemorar sua decomposição. Sem alternativa proletária organizada, a extrema direita pode mobilizar o descrédito das instituições para defender mais privilégios ao capital, mais repressão aos pobres e mais poder às Forças Armadas.

Uma política comunista deve defender as liberdades conquistadas pelos trabalhadores, combater as organizações fascistas e organizar sua independência diante das frações burguesas. Transparência patrimonial, impedimentos, mandatos limitados, eleição e revogabilidade de magistrados podem integrar a luta imediata. Mas não substituem a questão levantada por Lênin: não se emancipa o proletariado aperfeiçoando a velha máquina estatal. É preciso quebrar o monopólio político da burguesia e construir o poder dos trabalhadores.

As vísceras expostas não pertencem apenas a este ou àquele ministro. São as vísceras de uma República fundada sobre a conciliação com os militares da ditadura empresarial-militar e sobre o poder dos bancos, monopólios de comunicação, latifúndios e grandes empresas. Seus escândalos não interrompem o sistema, mas são parte fundamental dele. É tempo de revelar que a verdadeira anomalia em um Estado burguês não é o acesso fácil de banqueiros aos gabinetes dos três poderes. A nós, trabalhadoras e trabalhadores, não pode mais restar nenhuma dúvida: nenhum dos três governa em nosso nome.

Transformar essa noção em força organizada é a tarefa que se coloca hoje aos revolucionários. A crise do STF pode desgastar ilusões, mas só a luta independente dos trabalhadores impedirá uma saída regressiva. O Estado burguês não cairá ao revelar sua podridão, nem perderá seu conteúdo de classe por uma reforma moral que se pretenda responder imediatamente à exposição de suas vísceras. Quando a República mostra suas entranhas, os comunistas não escolhem qual órgão do mesmo corpo merece confiança: mostram quem o alimenta, a quem ele serve e por que somente o poder dos trabalhadores poderá substituí-lo.

Movimento Operário

Chapa "SIMESP pela Base" é eleita para representar os médicos de São Paulo-SP

A Chapa "SIMESP pela Base - Renovação e Luta" foi eleita para representar os médicos de São Paulo no próximo triênio, a partir de um programa independente de patrões e governos, em defesa dos trabalhadores



Foto: SIMESP/Reprodução

Entre os dias 24 e 28 de agosto de 2026, ocorreu a eleição do Sindicato dos Médicos de São Paulo (SIMESP), com a vitória da Chapa "SIMESP pela Base - Renovação e Luta". A chapa eleita para a gestão do triênio de 2026-2029 tem sua diretoria composta por médicas e médicos que entendem o sindicato como um instrumento de organização política, cujo fator determinante é o envolvimento das bases nos processos de luta coletiva.

A diretoria eleita é marcada pela primeira mulher a assumir o cargo de presidência do sindicato em quase 100 anos de entidade, a pediatra Thaís Zenero Tubero. Também fazem parte da nova gestão militantes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e do Movimento Esquerda Socialista (MES/PSOL), que se apoiam, junto com toda a diretoria, em um programa classista, com independência política em relação aos governos e aos patrões.

Em suas bases programáticas, a chapa aponta para uma conjuntura em que os interesses dos trabalhadores são atacados para abrir caminho ao avanço dos interesses privados. Especialmente na saúde, esse processo toma forma pelo avanço da privatização, principalmente por meio da entrega da administração dos serviços públicos a Organizações Sociais de Saúde (OSS) e empresas privadas.

As principais expressões desse processo são a perda de qualidade e a restrição doacesso aos serviços de saúde, assim como os ataques diretos às condições de trabalho. A sobrecarga, a falta de profissionais e a pejotização geram cargas horárias exaustivas e acarretam a perda de direitos trabalhistas. Essas condições deixam de ser exceção para se tornar regra na categoria médica, e avançam para outras categorias.

É a partir dessa conjuntura que a nova diretoria do SIMESP propõe como eixo fundamental de seu programa a luta em defesa de um SUS 100% público, estatal, universal, gratuito e de qualidade. Somam-se a luta pela reversão das terceirizações e o combate até o fim do processo de privatização já instalado em diversos setores da saúde, ao mesmo tempo que denuncia todas as formas de mercantilização dos serviços públicos.

O caminho apontado para essa luta é um só: a construção de um sindicato que seja ferramenta para a organização dos médicos, capaz de dirigir suas lutas em contato direto com as bases da categoria, e que tenha independência política, estabelecendo os princípios da condução da categoria com base nos interesses da classe trabalhadora. Na prática, isso significa defender os trabalhadores, impondo seus interesses independentes a patrões e governos.

O trabalho de fortalecimento e legitimação da entidade vem sendo desenvolvido desde a campanha eleitoral, quando a participação da base nas assembleias contribuiu para garantir um processo eleitoral democrático e transparente. A chapa foi regularmente inscrita e foi garantido o direito de voto dos médicos regularmente sindicalizados conforme os critérios estatutários, o que confirma a lisura do processo.

A eleição da nova diretoria para a gestão do SIMESP também representa um avanço no sentido da superação de uma política sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Temos acompanhado diversos processos de luta sindical em que a CUT e outras centrais ligadas ao governismo se apropriam das principais lutas das categorias para submetê-las a um programa de conciliação de classes, reduzindo a luta dos trabalhadores à política administrativa e institucional burguesa.

É tarefa urgente dos comunistas a disputa dos rumos do movimento sindical, com o objetivo de superar a política de conciliação de classes. Trata-se de construir os sindicatos como verdadeiros instrumentos de luta do proletariado para a construção do socialismo. É apenas a partir de uma política independente e classista que poderemos reorganizar todo o movimento sindical com a perspectiva de unir as lutas operárias no conjunto do país. E temos certeza de que a vitória da "SIMESP pela Base - Renovação e Luta" representa um importante passo para essa tarefa.

Movimento Operário

Greve dos Bancários: disposição de luta e contradições sindicais

Bancários seguem mobilizados e lutam contra a pressão dos patrões e as vacilações da federação cutista

Por Eduardo Machado

As recentes paralisações dos bancários escancaram a grande contradição da relação capital-trabalho. Enquanto os banqueiros acumulam mais de R$ 171 bilhões de resultado líquido das operações do ano fiscal de 2025, os bancários vêm de anos de Convenções Coletivas de Trabalho em que os banqueiros propõem arrochos salariais, cortes de benefícios e supressão de direitos históricos.

Em 2024, as demandas iniciais dos trabalhadores consistiam na garantia do INPC + 5% de ganho real, proposta que foi sumariamente rechaçada pela FENABAN (Federação Nacional dos Bancos), o sindicato patronal dos conglomerados financeiros. Mesmo com constantes negativas da categoria, o acordo foi fechado de maneira extremamente frustrante para os trabalhadores. Em assembleias recorrentes dos Sindicatos dos Bancários, ligados à CONTRAF-CUT, que dispõe de aproximadamente 90% da categoria, a direção oferecia a mesma proposta assembleia após assembleia, sem deflagração de greve e buscando vencer a categoria pelo esgotamento para obter a aceitação da proposta e encerrar a campanha.

Com todas essas manobras, a CCT 2024/2025 fechou com INPC + 0,7% para 2024 e INPC + 0,6% para 2025, sem ao menos 1% de ganho real em nenhum dos anos. Toda essa bagagem da CCT anterior se reflete na CCT 2026/2027. Há um ponto de inflexão por parte da patronal, que ofereceo INPC + 0,6% para cada ano de vigência do acordo, tratado como deboche por parte dos trabalhadores que enfrentam não apenas a pressão patronal, mas também a da federação sindical dos bancários pela aceitação.

CONTRAF-CUT e a descrença no movimento sindical

Uma das formas de desmobilização da categoria é a de picotar a Convenção, particularmente pelo fato de termos uma economia fortemente financeirizada e dependente de instituições financeiras sólidas. Transformam assim a CCT, algo tratado entre a federação patronal e os sindicatos de trabalhadores, em algo difuso e sem a solidez que uma categoria de aproximadamente 400 mil trabalhadores demanda.

Esses movimentos ocorreram da seguinte maneira. Primeiramente os bancos privados votaram apenas a CCT, dado que não possuem um Acordo Coletivo de Trabalho específico. Já os bancos públicos tiveram que votar os dois temas juntos, retirando o direito do trabalhador, enquanto categoria, de escolher entre a aprovação de um ou deoutro.

Buscando impedir uma greve nacional de toda a categoria, a CONTRAF-CUT buscou contabilizar a proporção de votantes levando em conta apenas os trabalhadores do setor privado. Essa manobra não foi um fato isolado. A direção utilizou-se ainda de que a base de São Paulo conta com mais de 120 mil bancários, sendo o maior quadro do país, como fator preponderante para a assinatura da Convenção, desrespeitando as decisões de outros estados.

As manobras para minar a disposição de luta da categoria foram variadas. Mesmo com bases consideráveis rejeitando o acordo, a tática de desmobilização passou por dividir as votações: quando o acordo fosse recusado, a linha dos sindicatos era que as direções sindicais "voltassem à mesa de negociação", mas sem greve. A segunda votação, pós-rejeição do acordo, contrapunha então a greve ao retorno às negociações.

A aposta pela desmobilização da greve a partir das maiores bases, particularmente no caso de São Paulo, dividiu a categoria e enfraqueceu a própria capacidade dos trabalhadores de unificarem as lutas em todo o país. Nas bases onde foi aceito o "retorno à mesa, mas sem greve", a resposta do Banco do Brasil foi, como já denunciavam as oposições sindicais e as bases da Bahia, Rondônia, Maranhão, Roraima e Pará, de não aceitar quaisquer demandas.

A CONTRAF-CUT semeou a ilusão de que se trataria de uma questão de convencimento, e não de organização da força da categoria para impor suas demandas. Essa ilusão levou ao fortalecimento da posição do banco e do governo federal. Após o golpe consumado em São Paulo, as bases de Belo Horizonte, Distrito Federal e Rio de Janeiro passaram ao primeiro plano na tática pelega de desmobilização e divisão da categoria, o que inviabilizou a greve nacional.

Tais manobras nada entregam aos trabalhadores, à exceção de desilusões e descrenças. Elas colaboram para que diversos bancários se desfiliem e emitam cartas de oposição ao desconto da cota negocial, como forma de protesto contra a estrutura sindical posta, enfraquecendo ainda mais a ferramenta de luta coletiva dos trabalhadores.

Ao pressionar pelaaceitação de pautas mínimas, com acordos extremamente rebaixados para os trabalhadores, a federação sindical cria um ambiente em que se retroalimentam a descrença e a desconfiança na luta organizada. Acordos ruins culminam em menores receitas, devido às desfiliações, deixando o sindicato mais vulnerável e com menor capacidade de intervenção ao longo do tempo. Forma-se um ciclo vicioso de destruição da capacidade de organização e mobilização da categoria.

Categoria segue mobilizada

Apesar das derrotas da categoria junto aos setores privados e no Banco do Brasil, os bancários da Caixa Econômica Federal (CEF) seguem sustentando a mobilização, sem ceder às chantagens patronais, que são endossadas pelo Comando Nacional de Negociação da CONTRAF-CUT. O Sindicato dos Bancários de São Paulo se destaca negativamente e insiste na desarticulação da greve, que foi iniciada em 10 de setembro, alegando que a proposta posta é a última da CEF. A pressão para dobrar a categoria se dá por afirmações de que "se não for assinado o acordo, os trabalhadores perderão tudo o que possuem até agora". Mesmo com tais ameaças, aproximadamente 70% da base de trabalhadores do estado disseram não e sustentaram a manutenção da greve. Se levarmos em conta as contagens em outros estados, sobem a 90% os números pela rejeição.

Como forma de retaliação, a CEF busca desvincular o tema do plano de saúde do ACT, sendo que o tema da Saúde da Caixa é justamente a principal bandeira do movimento grevista. A proposta patronal é o aumento do desconto do custeio de 6,5% para 8% na folha de pagamento, valor previsto no estatuto da empresa desde 2017. Enquanto isso, os trabalhadores reivindicam a aplicação do 70/30, em que a empresa custeia 70% do valor do plano e os trabalhadores arcamcom 30%, corrigindo uma discrepância do ônus do desequilíbrio financeiro que acaba sendo jogado no colo do trabalhador.

A alteração para o 70/30 não é absurda. A própria CONTRAF-CUT denunciava, em 2025, a tática da CEF de transferir os custos do plano para os empregados e inviabilizar o 70/30, que era a norma até então. O fim do teto de 6,5% no custeio da folha de pagamento da Caixa é essencial para que o ônus não siga avançando sobre as costas dos trabalhadores.

Com a CGPAR 52, de 2024, que revogou a antiga CGPAR 42 — a qual limitava os planos de saúde, autogestionáveis ou não, a uma divisão de 50/50 no custeio —, abriu-se a possibilidade de alterar essa participação. Com a atualização da SEST (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais), toda estatal foi autorizada a alterar, mediante Acordo Coletivo de Trabalho, a participação para até 70% no custeio de planos, independentemente da modalidade, e é nesse sentido que a categoria vem pressionando a direção da empresa.

A Caixa Saúde, como a CASSI para o BB, é um plano de autogestão em que as instituições podem arcar com 70% dos custos dos planos por funcionário. Porém, sob a lógica de amplificar os lucros do banco, além de rebaixar salários, a empresa acaba por operar em uma situação de sucateamento de todas as instâncias que permeiam a relação de trabalho. Não é, portanto, por falta de dinheiro que se forma essa situação atual, mas em decorrência da visão que preconiza a necessidade de garantir a maior extração de lucros sobre a força de trabalho dos bancários e bancárias.

A confederação sindical vacila: não só deixa de apoiar a greve, como trabalha de forma deliberada pela sua implosão. Apesar disso, os bancários encontram um ponto de apoio nos blocos de oposição sindical, que vêm emergindo em meio aos antagonismos crescentes entre a disposição de intervenção sindical e as demandas materiais dos trabalhadores.

Como noticiado em setembro, dois blocos de oposição têm atuado com firmeza para a construção da greve: o Alternativa Bancária, bloco de oposição do Distrito Federal, e o Bancários e Luta, oposição sindical à atual gestão do sindicato na Bahia. Ambos dão amplo apoio aos trabalhadores, tanto do BB quanto da CEF. Isso aponta diretamente para um entendimento: o caminho para novas conquistas passa pela formação de blocos de oposição, que devem atuar também para ganhar força entre os trabalhadores de bancos privados, buscando unificar as lutas no setor. Passa, ainda, pela disputa do aparato sindical para a construção das lutas e a organização da categoria, dado que as direções atuais nada têm a oferecer à categoria, a não ser o rebaixamento das lutas.

Esse acúmulo de contradições evidencia algo que há tempos apontamos: a necessidade de fazermos emergir um novo campo de sindicalismo classista, capaz de disputar corações e mentes, que seja o vetor de superação de toda a frustração acumulada pela categoria, diante das contradições da relação capital-trabalho. Construir as bases dessa ferramenta coletiva de disputa precisa estar na ordem do dia não apenas dos bancários, mas também de todos os trabalhadores que pouco têm a perder e muito a conquistar com um direcionamento baseado em sua própria disposição de lutar por melhores condições de trabalho e de vida.

Internacional

Estados Unidos da América avançam sobre o petróleo venezuelano

Anunciados em agosto e setembro, os negócios encontram no governo de Delcy Rodríguez (PSUV) um interlocutor disposto a confundir os interesses do imperialismo estadunidense com um suposto desenvolvimento nacional venezuelano

Desde a operação militar que retirou Nicolás Maduro do poder, em janeiro de 2026, os Estados Unidos da América atuam diretamente na reorganização política e econômica da Venezuela. Em 28 de agosto, o presidente Donald Trump anunciou um acordo que assegura aos Estados Unidos controle majoritário sobre ativos associados a mais de 65 bilhões de barris de reservas venezuelanas. Dias depois, a multinacional estadunidense Chevron divulgou planos de investir mais de US$ 7 bilhões para ampliar a produção de suas empresas no país.

Os acordos combinam interesses empresariais e instrumentos do Estado estadunidense. Segundo informações da Casa Branca reportadas pela EFE, o negócio com a North American Blue Energy Partners (NABEP), dirigida pelo empresário venezuelano Alejandro Betancourt, prevê participação do Departamento de Defesa dos EUA na empresa controladora e veto sobre nomeações para seu conselho de administração. Já os contratos das empresas mistas da Chevron com a estatal PDVSA foram adaptados à legislação de hidrocarbonetos reformada em janeiro de 2026, convertendo a nova correlação de forças em influência sobre decisões empresariais e garantias para os investimentos estadunidenses.

Esses acontecimentos fazem parte do esforço dos EUA para reforçar sua posição na América Latina diante da concorrência com outras potências imperialistas, especialmente a China. Nas últimas décadas, empresas e bancos chineses ampliaram seus vínculos comerciais, financeiros e energéticos com países da região. Na Venezuela, essa presença se desenvolveu por meio de empréstimos e compras de petróleo, ligando parte das receitas e dos compromissos externos do país às relações com Pequim. Ampliar a influência sobre a indústria petrolífera venezuelana permite aos EUA disputar esses vínculos econômicos e estratégicos, assim como as decisões sobre investimento e comercialização. A concorrência envolve o poder de diferentes capitais, chineses ou estadunidenses, sobre a economia do país. Assim, a própria presença chinesa também se orienta por seus próprios interesses de acumulação de capital, e não oferece, por si, uma saída para a dependência venezuelana.



Protesto em frente ao Consulado Americano em Brasília, 5 de janeiro de 2026. Foto: Jornal O Futuro

A disputa em torno da indústria petrolífera envolve toda a estrutura necessária à produção e à circulação do petróleo: terminais, oleodutos, refinarias, armazenamento e fornecimento de energia. O alcance regional dessa política dos EUA aparece também no Panamá, onde o Pentágono associou, no ano passado, a ampliação da cooperação militar à contenção da influência chinesa e ao acesso de embarcações estadunidenses ao canal. Com instrumentos distintos em cada país, os EUA procuram reforçar sua capacidade de assegurar recursos e circulação para seus capitais, ao mesmo tempo que restringem o espaço dos concorrentes que buscam o topo da pirâmide do sistema imperialista internacional.

Em 2 de setembro, a presidente interina da Venezuela, Delcy Rodríguez, recebeu o secretário de Energia dos EUA, Chris Wright, durante a assinatura de acordos com Chevron, Eni e outras empresas estrangeiras. Rodríguez afirmou esperar que o acordo firmado entre a Venezuela e os EUA também beneficiasse o povo estadunidense. Wright declarou que a energia seria o "catalisador" da transformação venezuelana e manifestou a intenção de estender o modelo ao continente.

Observa-se que o governo venezuelano passou a apresentar os acordos com a potência que atacou o país como caminho para sua recuperação. Trata-se de um governo que, em sua história, buscou construir sua legitimidade popular em torno da soberania e da oposição ao imperialismo, mesmo que de maneira limitada. A pressão do imperialismo estadunidense pesa sobre essas decisões, mas sua implementação também depende de escolhas do governo venezuelano. Ao adaptar contratos e oferecer novas garantias às empresas, a direção do PSUV organiza internamente as condições dessa aproximação. A participação de um empresário venezuelano à frente da NABEP mostra, ainda, que há capitais locais inseridos nos negócios. Forma-se uma articulação na qual Washington amplia sua influência, empresas obtêm oportunidades de exploração e a direção governante apresenta a entrada de investimentos como fundamento de sua continuidade política. A recuperação econômica passa a ser vinculada às condições exigidas pelos agentes que pretendem se apropriar de seus resultados.

É contra essa articulação que se colocam as denúncias do Partido Comunista da Venezuela (PCV). Em sua análise sobre o acordo de 28 de agosto, o PCV relaciona as concessões da cúpula do PSUV à busca de sua sobrevivência política em um momento de crise generalizada. Questiona a pouca transparência das negociações e denuncia condições favoráveis às transnacionais enquanto os trabalhadores enfrentam deterioração dos salários e dos serviços públicos. Sua crítica alcança tanto a pressão estadunidense quanto as decisões internas que permitem transformar essa pressão em novos privilégios para o capital.

O PCV vincula o enfrentamento dessa política à defesa dos direitos democráticos do povo venezuelano, à participação popular nas decisões sobre os recursos nacionais e à restituição da ordem constitucional. Propõe, nesse sentido, uma ampla unidade popular e anti-imperialista. A denúncia procura disputar o significado da soberania: o governo a apresenta como preservada pelos acordos com os Estados Unidos e os representantes do grande capital, enquanto os comunistas questionam quem pode decidir sobre o patrimônio nacional e a quais interesses ele está sendo submetido.

A promessa do governo venezuelano de ampliar a produção petrolífera não resolve o conflito sobre o destino da riqueza produzida. As condições oferecidas às empresas, a participação estatal nas receitas e a capacidade dos trabalhadores de defender salários, serviços públicos e direitos determinam quem se beneficia dessa suposta recuperação econômica. Por isso, a defesa da soberania exige enfrentar também as relações internas que subordinam as necessidades populares aos negócios do capital e à preservação dos grupos no poder.

A declaração internacional subscrita pelo PCBR ainda em setembro de 2025 combina a rejeição à intervenção estadunidense com a defesa das liberdades democráticas e da luta independente dos trabalhadores venezuelanos. Os acordos atuais mostram a importância dessa combinação: a oposição à agressão externa dos EUA não exige apoiar as concessões da direção do PSUV, e a crítica ao governo não abre qualquer espaço para legitimar a tutela estadunidense. Para os trabalhadores latino-americanos, a experiência venezuelana mostra como o imperialismo se sustenta também nos interesses das classes dominantes dos próprios países dependentes e nas decisões do Estado que os assegura. Romper essa dependência exige a organização independente da classe trabalhadora para disputar o poder e colocar a riqueza produzida sob seu controle, vinculando a luta pela soberania à transformação socialista da sociedade.



QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC têm reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora em todo o território nacional.

Frente a um capitalismo que, a cada dia, explora mais, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta devem ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o formulário através do QR Code:

Internacional

Turquia, Arábia Saudita e Paquistão firmam pacto militar na disputa imperialista

O Acordo de Meca une Turquia, Arábia Saudita e Paquistão na cooperação militar e na disputa de suas burguesias por mercados e zonas de influência

No início de agosto deste ano, os governos do Paquistão, da Turquia e da Arábia Saudita assinaram o "Acordo de Defesa Conjunta de Meca". Embora o documento não tenha sido divulgado integralmente, uma declaração oficial informa que o tratado possui três pontos principais: uma cláusula de defesa mútua, ou seja, um ataque a um dos membros, teoricamente, seria respondido pelos demais; sua institucionalização por meio da criação do Comitê Estratégico de Política e Defesa, presidido por um secretariado rotativo; e, de acordo com uma nota do comitê emitida após sua primeira reunião, cooperação em exercícios militares conjuntos e na indústria de defesa, com desenvolvimento e produção de tecnologias bélicas compartilhadas.

Apelidado pela mídia de "Otan islâmica/muçulmana", o acordo foi avaliado por alguns analistas, a princípio, como uma ação para pressionar o Irã, por serem três países de maioria sunita (enquanto o Irã é uma monarquia xiita), dois deles fronteiriços (Turquia e Paquistão). Mais urgentemente, temia-se também que isso pudesse escalar a guerra entre Estados Unidos e Irã para um conflito regional, uma vez que o país persa estava atacando bases estadunidenses em países da Península Arábica, como a Arábia Saudita, além de apoiar os guerrilheiros houthis, uma milícia xiita do Iêmen em guerra contra o governo local e o reino saudita.

Passados pouco mais de dois meses da assinatura, no entanto, o acordo ainda não foi invocado por nenhuma das partes, mesmo com o território da Arábia Saudita já tendo sido alvo de novos ataques tanto iranianos quanto houthis. Isso porque, apesar do que está previsto no texto, historicamente, tratados de defesa mútua não são cumpridos por todos os países signatários de maneira imediata. Da invasão nazista à Polônia em 1939, quando França e Inglaterra não cumpriram seus compromissos assinados respectivamente na década anterior e naquele mesmo ano, à guerra das Malvinas em 1982, quando a ditadura empresarial-militar argentina invocou apoio dos demais países latino-americanos membros do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) sem sucesso, acordos desta natureza costumam servir de pretexto, mas a decisão de ir ou não à guerra é uma escolha política das classes dominantes capitalistas com base na avaliação dos seus interesses. Nas palavras de Sajjad Haider Khan, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Paquistão, "quando chegar o momento, agiremos conforme o acordo".

Já a cooperação para novas tecnologias bélicas, bem como seu emprego nas reconfigurações das zonas de influência através dos conflitos locais, parece ser o principal desdobramento do acordo nos próximos anos. Há alguns anos a Turquia vem investindo na construção naval bélica, tanto por meio das empresas estatais ASFAT e ASELSAN quanto assinando contratos massivos com os principais estaleiros privados do país. Neste período, tanto as empresas estatais quanto privadas vêm fechando cada vez mais contratos para a exportação de navios de guerra para outros países. Assim, o novo acordo pode acelerar o processo de concentração de capitais e monopolização desse setor da burguesia turca por meio do acesso a novos mercados e novas tecnologias.

A Arábia Saudita, com um orçamento de defesa para 2026 de 64 bilhões de dólares, entre os dez maiores do mundo, é historicamente um grande importador de equipamentos militares e cujo projeto para ampliar sua marinha se dá por meio da busca por investimentos estrangeiros e da compra de embarcações de outros países. Já o orçamento do Paquistão, embora mais modesto, vem crescendo em contratos com a Turquia anualmente, com 35% de aumento de 2024 para 2025, e com a meta de chegar a US$ 5 bilhões no futuro. O acesso à tecnologia nuclear paquistanesa, por outro lado, é uma forma de o reino saudita contornar a exigência de normalização de relações com Israel, condição imposta pelo governo dos Estados Unidos como contrapartida para o acesso à tecnologia estadunidense.

Alguns analistas tratam a questão como uma reorganização regional em dois blocos distintos. De um lado, a aliança entre Arábia Saudita, Paquistão e Turquia, agora fortalecida por um acordo, e de outro uma frente informal composta por Israel, Índia e Emirados Árabes Unidos. Isto porque os Emirados vêm se distanciando da Arábia Saudita; há também rivalidades entre Paquistão e Índia, incluindo um breve conflito armado no ano passado; e entre Turquia e Israel, alimentada a partir da ideologia da política externa turca de se colocar como potência representante dos interesses islâmicos e da Ásia Ocidental, inclusa a causa palestina.

Embora esta conformação de fato se desenhe na política regional, é importante destacar que esses dois blocos possuem forte alinhamento com os governos da Europa e dos Estados Unidos. Tanto Israel e os Emirados Árabes como a Arábia Saudita são aliados estratégicos dos EUA, que recentemente aprovou a venda de 48 caças F-35 ao governo saudita, também cobiçados pela Turquia e a despeito dos protestos israelenses pela perda da exclusividade tecnológica na região. Já a Turquia, além de ter disputado o mesmo acordo dos F-35, é integrante da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e tem um dos maiores exércitos entre os países-membros da aliança.

A despeito da aquisição de tecnologia russa e das relações voláteis com Moscou, a Turquia alçou duas vitórias recentes contra a Rússia ao financiar a invasão da região armênia de Artsaque pelo Azerbaijão e ao apoiar o grupo Hayat Tahrir al-Sham (HTS), que derrubou o ex-presidente sírio Bashar al-Assad e tomou o poder. Já o Paquistão, apesar da aliança estratégica com a China, também mantém boas relações com os Estados Unidos e é considerado um aliado não-membro da OTAN. E a Índia, apesar do alinhamento geral ao bloco dos BRICS, possui uma enorme rivalidade com a China, o que a levou a se tornar parceira estratégica dos Estados Unidos e de Israel na região, tanto na área comercial quanto de defesa.

Enquanto não é chegado o "momento certo" de uma guerra interimperialista, conforme aludiu o chanceler paquistanês, é difícil determinar a configuração final dos blocos em disputa. Isso vale especialmente quando se tratam de divisões regionais entre aliados dos governos imperialistas dominantes. Até lá, parece certo apenas que as burguesias desses dois grupos disputarão entre si zonas de influência e toda sorte de rotas comerciais, matérias-primas, recursos estratégicos e até países inteiros, buscando acumular cada vez mais capital colocando-os sob a hegemonia de seus próprios interesses.

Em outras palavras, as classes dominantes locais buscam se preparar para a guerra imperialista que desponta no horizonte aderindo a projetos expansionistas e à corrida armamentista. A tarefa dos comunistas é erigir uma incansável luta teórica e prática contra posições que fazem uma defesa abstrata de alinhamento aos países 'do Sul Global' contra o 'Norte Global', uma linha baseada em análises geopolíticas que destaca os interesses de Estados burgueses e que nubla os interesses de classe nessa disputa interimperialista. O interesse do proletariado não pode ser outro senão denunciar o expansionismo e o belicismo de suas classes dominantes, que visam centralizar capital e disputar posições na cadeia imperialista à custa de suas vidas. Somente a revolução proletária pode pôr fim definitivo à concorrência imperialista que leva sempre a novas guerras.



"Tranquilizai-vos, senhores! Em primeiro lugar, trata-se da literatura de partido e da sua subordinação ao controle do partido. Cada um é livre de escrever e de dizer tudo o que queira, sem a menor limitação. Mas cada associação livre (incluindo um partido) é também livre de afastar aqueles membros que utilizam o nome do partido para defender concepções antipartido. A liberdade de palavra e de imprensa deve ser completa. Mas a liberdade de associação também deve ser completa. Eu sou obrigado a atribuir-te, em nome da liberdade de palavra, o pleno direito de gritar, de mentir e de escrever o que quiseres. Mas tu és obrigado a atribuir-me, em nome da liberdade de associação, o direito de estabelecer ou de romper a associação com pessoas que dizem isto e aquilo. O partido é uma associação voluntária, que se dissolveria inevitavelmente, primeiro ideologicamente e depois também materialmente, se não se depurasse dos membros que defendem concepções antipartido. E para definir as fronteiras entre o que é de partido e o que é antipartido existe o programa do partido, existem as resoluções tácticas do partido e os seus estatutos, existe, finalmente, toda a experiência da social-democracia internacional, das associações voluntárias internacionais do proletariado, que incluiu constantemente nos seus partidos determinados elementos ou correntes não de todo consequentes, não de todo puramente marxistas, não de todo correctas, mas que também empreendeu constantemente depurações periódicas do seu partido."

Trecho do texto "A Organização do Partido e a Literatura de Partido ", de Vladimir Ilitch Lenin.

Acesse a biblioteca marxista-leninista do PCBR no site **emdefesadocomunismo.com.br** ou pelo QR Code e leia esse e outros textos!

Caderno de Juventude

Mais de uma década depois, a UJC retorna ao DCE-UFG para lutar pela Universidade Popular!

Nos dias 7 e 8 de setembro de 2026, estudantes de todos os campi da Universidade Federal de Goiás (UFG) foram às urnas para escolher a nova direção do Diretório Central dos Estudantes (DCE), principal entidade de representação dos estudantes de graduação da universidade. Duas chapas disputaram a entidade: a Chapa 1, "Cada um de nós", formada pelas forças do campo democrático-popular que compunham a situação (UJS - União da Juventude Socialista -, ParaTodos e Quilombo) e a Chapa 2 "Linha de Frente", formada pela oposição de esquerda, com a UJC em aliança com os movimentos Correnteza e Juntos. No final da apuração, a Chapa 2 saiu vitoriosa, com 1.547 votos, contra 1.236 da Chapa 1.

A campanha revelou um processo de baixa mobilização da massa estudantil, que se articula a um quadro mais amplo de despolitização produzido pelas ações e formulações rebaixadas do campo democrático-popular, que representa a maioria da direção da União Nacional dos Estudantes (UNE). Para a UJC (União da Juventude Comunista), essa realidade deve ser compreendida a partir das condições concretas em que o movimento estudantil vem se desenvolvendo e das orientações políticas que têm predominado em sua condução, muitas vezes focada em negociações de gabinete e manobras dentro da institucionalidade, sem estabelecer vínculos permanentes entre as reivindicações táticas dos estudantes, as condições concretas de vida da juventude trabalhadora e as contradições fundantes da sociedade brasileira.

Nesse contexto, mesmo sendo uma força ainda reduzida, a UJC colocou no centro da campanha a disputa pelo conteúdo político da eleição. O eixo foi a construção de um programa de lutas por uma Universidade Popular, articulando as demandas mais imediatas dos estudantes a uma compreensão mais ampla da universidade, da luta de classes e, fundamentalmente, do fortalecimento da Estratégia Socialista!

A disputa pelo orçamento, nesse sentido, ocupou papel central nos debates de campanha. A discussão sobre o Novo Teto de Gastos (arcabouço fiscal) e o desmonte das universidades brasileiras foi trazida aos estudantes durante as passagens em sala, as panfletagens no R.U, os pontos de ônibus e nos demais espaços de circulação dos campi. O campo democrático-popular, que serve de base de apoio ao governo federal, jamais poderia se comprometer, como a Chapa 2, com a luta contra essa medida reacionária que prejudica diretamente as universidades públicas.

No que diz respeito à assistência estudantil, o programa procurou superar as políticas voltadas apenas à concessão de bolsas. Alimentação, moradia, transporte, acessibilidade e creche também são fundamentais para que os trabalhadores consigam permanecer e concluir a universidade. Da mesma forma, a defesa do fim da escala 6x1 impacta diretamente à realidade dos estudantes trabalhadores que, muitas vezes, precisam conciliar jornadas duplas de estudo e trabalho. No caso das estudantes mães, essa jornada se torna ainda mais difícil

A condução da campanha também revelou concepções distintas sobre o próprio movimento estudantil e seus rumos futuros. A UJC, em consonância com as demais forças, defendeu que todas as urnas fossem apuradas, garantindo que cada voto depositado pelos estudantes fosse considerado. Já o campo democrático-popular, e suas forças, tentou impedir a apuração de uma urna da Cidade de Goiás, prorrogando a apuração durante toda a madrugada do dia 9 de setembro. A mobilização dos estudantes, no entanto, assegurou que a urna fosse incorporada ao processo, preservando a integralidade da votação, seu caráter democrático e participativo.

Para além disso, essa vitória tem um significado especial para a UJC. Depois de aproximadamente 15 anos, a UJC retorna à direção do DCE-UFG, retomando um espaço que já havia ocupado durante quatro gestões consecutivas na primeira década dos anos 2000. O resultado em Goiás acontece após um processo de reconstrução da organização da UJC e do PCBR no estado e representa uma nova etapa de sua inserção e atuação no movimento estudantil universitário e de juventude em geral.

O resultado, entretanto, não encerra a tarefa colocada pela campanha: uma eleição não transforma por si só um movimento estudantil despolitizado. O desafio agora é transformar a vitória eleitoral em capacidade permanente de organização, mobilização e intervenção, disputando os rumos da universidade e da sociedade. A disputa de uma entidade estudantil deve potencializar as lutas e mobilizações da classe trabalhadora, contribuindo para o enfrentamento ao capital e às suas formas de exploração e opressão. É nesse sentido que a gestão da UJC buscará ampliar o debate com os estudantes, em cada sala de aula e nos diferentes espaços da universidade, defendendo um projeto de Universidade Popular.

O retorno da UJC à direção do DCE-UFG consolida uma nova etapa de uma disputa. Ela ultrapassa os limites da própria entidade e representa mais um passo na construção de um movimento estudantil consequente, comprometido com a classe trabalhadora e a luta pelo socialismo.

Luta Teórica

Por que educar revolucionariamente?

[...] Será nomeadamente o dever dos dirigentes esclarecer-se cada vez mais sobre todas as questões teóricas, libertar-se cada vez mais da influência de frases tradicionais, pertencentes à velha visão do mundo, e ter sempre presente que o socialismo, desde que se tornou uma ciência, também quer ser exercido como uma ciência, isto é, estudado. A questão há-de ser difundir com zelo crescente entre as massas operárias a inteligência assim ganha, cada vez mais clarificada, tornar cada vez mais firmemente coesa a organização do partido e bem assim das associações sindicais. [...]

Friedrich Engels, Nota Prévia a "Guerra dos Camponeses Alemães"

O PCBR iniciou, em setembro deste ano, a implementação de seu Sistema Nacional de Formação Política para todos os militantes. A Formação Política é concebida, para nós, como parte central da luta teórica pela posição proletária e da construção de quadros de um partido marxista-leninista, sendo ainda mais central em períodos de descenso da luta organizada da classe trabalhadora. Quando a mobilização espontânea das massas diminui e as organizações perdem capacidade de "trabalho político", na ausência de consolidação de um Partido revolucionário que realize a luta ideológica dentre as massas trabalhadoras, a Formação Política e Teórica é o que nos garante **não ser dirigidos por outra classe.** Um Partido que não organiza sistematicamente sua formação compromete sua capacidade de construir hegemonia.

Como Partido nacionalizado, nosso Sistema foi pensado como política nacional e não como soma de iniciativas locais. Para alcançar os nossos objetivos, a educação revolucionária deve atuar com unidade de princípios e conteúdo, superando a iniciativa anteriorque elaborou material de propaganda disponibilizado em nosso canal do YouTube. Reconhecemos que essa iniciativa tinha um apelo maior sobre a divulgação, veiculação e circulação da teoria revolucionária - ou seja, um aspecto de propaganda - de maneira mais rápida e fácil. Entretanto, entendemos que a formação de um Partido de quadros deve superar essa mecânica de visualizações e estudo individual para alcançar formas mais avançadas de estudo, que sejam progressivas e contínuas.

Pouco adianta termos desenvolvimentos individuais – e desiguais – da capacidade de propagandear se não pensarmos de maneira estratégica *por que*, *como* e *onde* formar os nossos militantes. O trabalho editorial que vem sendo feito pelo nosso Conselho Editorial, por exemplo, é uma das partes dessa estrutura que faz com que a circulação dos conteúdos seja precisamente pensada para a formação dos militantes do Partido. Como resgatamos em Lenin, "a atividade literária deve tornar-se uma parte do trabalho partidário social-democrata organizado, planificado, unificado". O estudo rigoroso individual de cada militante é, ainda, muito importante; sem o esforço de cada revolucionário para conhecer conceitos e preceitos históricos, a compreensão necessária para produzirmos melhores e mais avançadas análises de conjuntura seria inviável.

O Sistema, como *parte do processo de formação de quadros* de um partido marxista-leninista, integra a própria construção de Partido, e deve ser capaz de fortalecer nossa unidade ideológica e desenvolver nossas capacidades organizativas. Por isso, **é dever de todo organismo partidário participar da sua implementação.** Nosso Sistema irá se iniciar com formações *voltadas às direções intermediárias*, visando qualificar nossa intervenção e desdobrar nossa linha congressual e nossas tarefas políticas, sob responsabilidade do Comitê Central. Essas direções irão, posteriormente, aplicar o módulo básico aos organismos subordinados a elas.

Não há formação revolucionária sem relação viva entre teoria e prática, o que significa dizer que a teoria deve clarificar a intervenção concreta, e a prática deve retornar como objeto de estudo e crítica, permitindo elevar a compreensão teórica à formulação e à capacidade de generalizar as experiências de luta. A formação de quadros deve armar a militância para a sua tarefa de vanguarda, isto é, **conectar as experiências reais da militância e as pautas econômicas e imediatas de seus locais de atuação à teoria revolucionária,** elevando-se da consciência puramente econômica à consciência revolucionária. Dessa forma, nosso Sistema Nacional de Formação Política responde à necessidade de superar a fragmentação, o espontaneísmo, o pragmatismo e a formação irregular da militância.

Acesse o canal do Youtube do PCBR pelo QR Code ao lado

Movimento Operário

Greve dos Correios finalizada, mas a luta precisa continuar

Por Nalbert Pietro e Alessandro Lima

Com início no dia 10 de setembro, a greve nacional dos trabalhadores dos Correios foi encerrada no dia 24 de setembro, após o julgamento do dissídio coletivo levado ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) pela empresa. Essa é a segunda campanha seguida que a empresa leva a dissídio para encerrar greves sem ceder às reivindicações dos trabalhadores. Os trabalhadores enfrentam uma reestruturação da empresa, proposta pela direção indicada pelo governo Lula-Alckmin, e baseada na retirada de direitos, demissões, desmonte da empresa e de seu caráter público.

A direção dos Correios tentou caracterizar a greve como abusiva e pediu uma diária de R$ 100 mil às entidades dos trabalhadores. O TST julgou contra esse pedido da empresa e contra o desconto salarial dos grevistas, mas votou em favor das cláusulas na redação proposta pela empresa. Entre outras coisas, significa a diminuição da gratificação de férias, que antes era de 70% e volta a ser 33%, a redução do pagamento extraordinário por trabalho em dia de repouso de 200% para 100%, e um reajuste de 4,09% no salário e nos benefícios, que representa uma perda no período se comparado aos 4,35% calculado pelo INPC.

Apesar de o texto ainda não ter saído oficialmente, o TST também votou em favor do modelo da empresa para o plano de saúde. Os trabalhadores dos Correios têm direito a um plano de saúde mantido pela empresa, mas a proposta da empresa é que ela passe a ser apenas patrocinadora do plano, e isso significa transferir o ônus do pagamento aos trabalhadores. Isso, além de representar uma perda salarial, prepara o arcabouço necessário para acabar com o plano de saúde.

No dia 25 de setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) voltou a julgar uma suspensão de direitos que ocorreu a pedido da empresa em janeiro deste ano. Novamente, estavam em jogo a gratificação de férias, o pagamento extraordinário e o plano de saúde, além do vale-peru. A suspensão desses direitos ocorreu após a greve dos trabalhadores dos Correios na campanha salarial do ano passado ter conseguido manter as cláusulas que os garantiam. Os ministros do STF que expuseram a crise da república burguesa há alguns dias, rapidamente se recompuseram para atacar esses direitos e, por unanimidade, votaram pela manutenção da suspensão.



Fotos: Jornal O Futuro

A justificativa financeira esconde que os trabalhadores são os responsáveis pela manutenção da empresa, que é a empresa pública mais antiga do país, e que a crise é causada e retroalimentada pela abertura e pelo avanço das empresas privadas no setor.

O caminho para a crise dos Correios

Nos anos 2000, o STF decidiu preservar para os Correios apenas o serviço de cartas, liberando o segmento de encomendas para a iniciativa privada. A decisão criou a base para que transportadoras e plataformas de e-commerce — que se beneficiam de incentivos fiscais e crédito público, além de operarem com baixos salários e regimes de trabalho precarizados — passassem a competir diretamente com a estatal, sem precisar assumir as obrigações de universalização.

Em 2011, no governo Dilma Rousseff, a empresa foi transformada em S.A. de capital fechado. A mudança, apresentada como modernização, alterou a natureza jurídica da estatal e abriu espaço para a criação de subsidiárias e para a adoção de práticas de governança típicas do setor privado. Também foi criada a CorreiosPar, subsidiária voltada para parcerias com o setor privado. A medida significou a terceirização dos serviços mais lucrativos como logística e encomendas expressas, enquanto a estatal permanecia responsável pelos serviços deficitários de carta e telegrama.

No governo de Michel Temer, os Correios foram colocados na ponta da lista das privatizações, e o governo passou a discutir abertamente a venda de ativos e a desestatização. No governo Bolsonaro, a empresa foi qualificada no Programa de Parcerias de Investimentos, viabilizando estudos para entregar setores da estatal à iniciativa privada. Em seguida, os Correios foram formalmente incluídos no Programa Nacional de Desestatização, com diretrizes para a alienação do controle societário e a concessão dos serviços postais universais. Assim, abriu-se o caminho institucional para a entrega da empresa ao capital privado, processo ao qual o governo Lula, agora sob a fachada de "reestruturação", dá continuidade.

O uso dos tribunais contra os trabalhadores

Uma tática bem assimilada pelas gestões das empresas públicas no governo burguês Lula-Alckmin é o uso dos tribunais para frear a luta dos trabalhadores, para não ceder às reivindicações e encerrar greves, o que mostra que esse governo não é aliado dos trabalhadores. Por exemplo, neste ano, mesmo antes do julgamento, o TST determinou que os trabalhadores deveriam manter 80% do efetivo durante a greve. A mesma tática já tinha sido utilizada pelo governo da extrema-direita de Bolsonaro e por outros governos da Frente Ampla.

Essas coincidências, no entanto, não ocorrem por acaso. Elas ajudam a revelar que todos os governos burgueses são inimigos dos trabalhadores, e a justiça, como ferramenta do Estado burguês, é um terreno favorável à burguesia contra os trabalhadores, que não podem se contentar em apenas esperar de braços cruzados esses julgamentos.

A organização dos trabalhadores

A luta dos trabalhadores dos Correios tem sido, sobretudo, uma luta defensiva. Por um lado, tenta manter direitos e salários e, por outro, enfrenta a reestruturação da empresa que busca posicioná-la no mercado de maneira ainda mais propícia para o avanço das empresas privadas.

A barreira formada pelos trabalhadores a esses interesses burgueses, faz com que os ataques também se voltem contra a organização dos trabalhadores, como o fim das cláusulas que liberavam empregados eleitos para conselhos e dirigentes sindicais. O custo das liberações é mínimo para a empresa, mas essa foi uma das formas que a empresa encontrou de atacar os sindicatos, se aproveitando da dificuldade da organização dos trabalhadores após décadas de hegemonia da direção pelega do sindicalismo de resultado, que só propõe luta quando está nas cordas e é empurrada pela base. Por exemplo, a reivindicação do Fora Rondon, apesar de justa, é levada pelas direções para esconder que o plano de reestruturação é uma política do governo Lula, já que essas direções não querem enfrentar o governo e propõem que a única alternativa para trabalhadores é cruzar os braços e esperar o julgamento dos tribunais para depois depositar suas esperanças nessas eleições.

Para os trabalhadores, a alternativa consequente, contra o projeto de reestruturação e pela manutenção de seus direitos e salários, só poderá ser experimentada arregaçando as mangas na construção de greves cada vez mais fortes. Também é preciso depositar esperanças na construção de sua organização desde a base, com a independência capaz de enfrentar todos os governos burgueses, pois é na luta que se pode pavimentar um terreno propício a vitórias.

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente

Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

PCBR
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO